

Exmo. Senhor
Professor Doutor José Carmo
Reitor da Universidade da Madeira

N/Ref^o:Dir:AV/0490/14

29-05-2014

Assunto: Contributo preliminar sobre a proposta de alteração ao Regulamento de Recrutamento, Selecção e Contratação de pessoal docente da Universidade da Madeira.

Vem o Sindicato Nacional do Ensino Superior (associação sindical de docentes e Investigadores), abreviadamente designado por SNESup, em resposta à vossa comunicação com a Ref^o. 00802, de 12 de maio, apresentar a sua apreciação sobre a proposta de Regulamento em epígrafe, sem prejuízo da posição que venha a tomar sobre a versão final que resulte da discussão pública e que deverá ser enviada a este Sindicato para a devida e necessária pronúncia.

Relativamente à proposta apresentada entendemos que genericamente as alterações propostas promovem a conformação do Regulamento com o disposto no ECDU e no ECDESP uma vez que na versão agora em processo de alteração/revisão havia normativos que se apresentavam contrários aos indicados diplomas.

Concretamente quanto às indicadas alterações, cumpre-nos salientar o seguinte:

1. A formulação da parte final do n^o 1 do artigo 1.^o não é feliz, não resultando da expressão “*normalmente*” uma periodicidade clara quanto à anuidade da atribuição de quotas. Seja essa periodicidade anual ou não será importante clarificar qual é a frequência ordinária/comum para o cálculo da atribuição de quotas, sem prejuízo de essa periodicidade ser alterada por circunstâncias extraordinárias.

2. Ainda no artigo 1.^o, julgamos ser de salvaguardar num número 3 que “*Na definição das quotas referidas no presente artigo a Reitoria atenderá ao disposto no n^o 1 e no n^o 3 do artigo 84.^o do ECDU.*”

3. Chamamos a atenção para o facto de no texto com as proposta de alteração não se proceder à indicação de renumeração dos itens que continuam a integrar as disposições alteradas, esse aspeto técnico deverá ser tido em consideração quando da publicação das alterações, sem prejuízo da republicação integral do regulamento.

4. No n.º 2 do artigo 11.º sugere-se a inclusão da expressão [...que integram o conjunto de funções “*nos termos definidos no artigo 4.º do ECDU e*” referido...].

5. A alínea c) do artigo 12.º, e bem assim a alínea c) do artigo 44.º, preveem que o Reitor nomeie o júri nos termos previstos no Regulamento. Chamamos a atenção para o facto de que tanto o ECDU no artigo 45.º, como o ECDESP no artigo 21.º, estabelecem que a nomeação dos júris pelo Reitor é matéria definida nos Estatutos da Instituição e não matéria de Regulamento. Embora os artigos referidos pelas indicadas alíneas não definam propriamente o procedimento de nomeação, parece-nos que esta alínea poderá eventualmente colidir com a Lei, em especial se os Estatutos da UMa não estabelecerem as regras para a nomeação do Júri.

6. A parte final na alínea d) do artigo 12.º e da alínea d) do artigo 44.º parecem-nos inadequadas ao Regulamento em questão. Mais salientamos que o dever de supervisão da reitoria deveria incluir a menção ao cumprimento estrito da Lei e não apenas do “*presente regulamento*”.

7. Na alínea c) do artigo 13.º, julgamos tratar-se de uma gralha a referência aos artigos 14.º e 15.º porque estes se reportam ao calendário. O anúncio do edital está previsto no artigo 16.º do Regulamento.

8. O artigo 13.º, bem assim o artigo 45.º, referentes às fases dos processos de recrutamento e seleção, são os artigos que nos oferecem maior preocupação pelo facto de não preverem uma fase de uma proposta de deliberação do júri relativa às candidaturas admitidas e excluídas, seguida da fase de audiência prévia das pessoas com propostas de exclusão das candidaturas, e só após essa fase terem a fase indicada em e) do n.º 1.

Por outro lado, parece-nos da sequência indicada, que está prevista uma fase preliminar de admissão das candidaturas [alínea e)] e uma segunda fase de admissão em mérito absoluto dos candidatos (com candidaturas formalmente admitidas) que simultaneamente são ordenados em mérito relativo. Ora, também neste caso, deve haver lugar a uma proposta de não admissão e admissão em mérito absoluto e proposta da ordenação de candidatos, seguida da fase de audiência prévia dos excluídos em mérito absoluto, em simultâneo com a audiência prévia da lista provisória. Todos estes artigos estão formulados na perspetiva das deliberações definitivas do júri, desconsiderando os direitos de audiência prévia que assistem de permeio aos candidatos e aos opositores.

9. No n.º 1 do artigo 16.º, no n.º 2 do artigo 17.º, bem como nos artigos 48.º e 49.º na parte correspondente, verifica-se que, de acordo com o estabelecido no Regulamento, podem não ser publicadas no edital as datas para a audiência pública dos candidatos. Ora tal omissão constitui, nos termos do artigo 62.º-A e do artigo 29.º-B respetivamente do ECDU e do ECDESP, uma nulidade do concurso caso venham a existir audiências públicas. Esta omissão é tanto mais grave quanto é certo que do Regulamento resulta que o júri comunica as datas para as audições por e-mail (sendo que o CPA ainda não prevê este meio de notificação no procedimento administrativo). Será por esse facto importante solicitar que as datas para as audições públicas sejam previamente definidas em termos abstratos e incluídas no edital do concurso, cabendo posteriormente ao júri definir nesse intervalo de datas, o dia e hora em que se realiza a audiência para cada opositor.

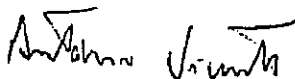
10. Na alínea f) do n.º 1 do artigo 28.º, onde se lê “...quando tal *não é* possível...” deve ler-se “...quando tal *não seja* possível...”.

11. Parece-nos existir uma gralha no n.º 3 do artigo 63.º por julgarmos que a remissão para o ECDESP se pretendia feita para o n.º 5 e não para o n.º 3 do artigo 8.º.

Aproveitamos o ensejo para solicitar o agendamento de uma reunião com V. Exa. com vista a melhor esclarecer as questões relativas a esta proposta de Regulamento e à sua aplicação.

Com os melhores cumprimentos,

A Direção



Professor Doutor António Vicente
Presidente da Direção